III SIMPÓSIO INTERNACIONAL
DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
Universidade Portucalense (Porto)
18 e 19 de junho de 2026

A psicoeducação como ferramenta para inserção social de pessoas com transtornos mentais institucionalizadas no Brasil

Psychoeducation as a Tool for the Social Inclusion of Institutionalized People with Mental Disorders in Brazil

Alécia Lustosa REIS[1]
Cláudia Regina de Oliveira Vaz TORRES[2]

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo avaliar as contribuições da psicoeducação como estratégia para a inserção social de pessoas com transtornos mentais em processo de desinstitucionalização no Brasil. No que se refere ao enquadramento teórico, a análise parte dos estudos de Michel Foucault (1979; 2006; 2019) sobre as relações de poder e da construção histórica da loucura como objeto de exclusão social, bem como, apoia-se nas contribuições de Sampaio e Bispo Júnior (2021); Silva (2010); Torres (2021; 2023; 2025; 2026); Santos et al (2024) acerca da inclusão social, cuidado em liberdade e integração em serviços comunitários. Além disso, consideram-se a Lei n. 10.216 de 2001 (Brasil, 2001) e a Resolução n. 487 de 2023 (Brasil, 2023) do Conselho Nacional de Justiça como marcos legislativos fundamentais para garantia de direitos e para o redirecionamento do modelo assistencial em saúde mental no Brasil, principalmente no que se refere ao fechamento dos Hospitais de Custódia e Tratamento (HCT). Nesse contexto, destaca-se a necessidade de desenvolvimento de estratégias de promoção da saúde mental que favoreçam o convívio social. Segundo apontam Alves et al. (2024) e Natividade et al. (2024), a psicoeducação apresenta-se como uma ferramenta relevante em dispositivos territoriais, envolvendo usuários, familiares, profissionais de saúde e a comunidade. Do ponto de vista metodológico, a investigação adota uma abordagem qualitativa, caracterizando-se como uma revisão bibliográfica de artigos científicos disponíveis nas bases SciELO e Google Acadêmico, com uso da análise de

[1] Graduanda em Psicologia pela Universidade Salvador (UNIFACS). Email: alecia.lustosa1@gmail.com. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Integrante do Grupo de Pesquisa em Formação, Gênero e Linguagem (FORMAGEL), da Universidade Salvador. ORCID: https://orcid.org/0009-0001-8790-9983.
[2] Professora adjunta da Universidade Salvador (UNIFACS - ANIMA) do Programa de Mestrado em Direito, Governança e Politicas Públicas. Professora adjunta da UNEB do DCH, Campus V. Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) do Departamento. de Educação, Campus XI - Serrinha/BA. Doutorado pela Universidade Federal da Bahia (2010). Mestrado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (2004). Graduação em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (1992). Graduação em Pedagogia pela Universidade Católica do Salvador (1988). ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6686-4715.

INSTITUIÇÕES ORGANIZADORAS
INSTITUIÇÕES COOPERANTES
AGÊNCIAS/FOMENTO

conteúdo proposta por Bardin (2011). Quanto aos resultados, espera-se identificar práticas psicoeducativas ampliadas, evidenciando suas contribuições para a inserção social de pessoas com transtornos mentais em processo de desinstitucionalização, bem como divulgar sua aplicação no âmbito profissional. Observa-se que a literatura científica ainda carece de pesquisas que reúnem práticas de psicoeducação ampliada voltadas a esse contexto, o que evidencia uma lacuna importante no campo da saúde mental. Assim, o estudo contribui ao oferecer maior clareza sobre práticas psicoeducativas potencialmente efetivas, fortalecendo o cuidado em saúde mental, melhorando a qualidade de vida dos usuários, reduzindo estigmas associados à lógica manicomial e promovendo a inclusão social.

Palavras-chave: psicoeducação; saúde mental; desinstitucionalização; inserção social; estigma.

Referências:

ALVES, Gabriela Costa et al. Psicoeducação em Contextos de Saúde Mental: Uma Revisão Sistemática. Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 577–592, 2024. DOI: 10.25110/arqsaude.v28i1.2024-10906. Disponível em: https://unipar.openjournalsolutions.com.br/index.php/saude/article/view/10906. Acesso em: 1 set. 2025.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011. E-book. Disponível em: https://ia802902.us.archive.org/8/items/bardin-laurence-analise-de-conteudo/bardin-laurence-analise-de-conteudo.pdf. Acesso em: 14 jan. 2026.

BRASIL. Lei no 10.216, de 06 de abril de 2001. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm Acesso em: 24 de fev. 2026.

BRASIL. Portaria no3.088 de 26 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: http://www.brasilsus.com.br/legislacoes/gm/111276- 3088.html Acesso em: 27 dez. 2025

BRASIL.Conselho Nacional de Justiça. RESOLUÇÃO N. 487, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2023. Disponível: https://atos.cnj.jus.br/files/original20152320230228863fe60db44835.pdf. Acesso em 27 de abril de 2026.

FOUCAULT, Michel. Microfisica do poder. Rio de Janeiro: ed Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. O Poder Psiquiátrico. Martins Fontes: São Paulo, 2006.

FOUCAULT, Michel. História da Loucura na Idade Clássica. São Paulo: Perspectiva, 2019.

NATIVIDADE, Ana Helena et al. Ambulatório ampliado de saúde mental e psicoeducação: uma abordagem integrativa para o bem-estar psicológico. Revista Transformar, v. 17, n. 2, 2024. Disponível em: https://www.fsj.edu.br/transformar/index.php/transformar/article/viewFile/1089/486. Acesso em: 1 set. 2025.

SAMPAIO, Mariá L.; BISPO JÚNIOR, José P. Entre o enclausuramento e a desinstitucionalização: a trajetória da saúde mental no Brasil. Trabalho, Educação e Saúde, v. 19, 2021, e00313145. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00313. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tes/a/9ZyYcsQnkDzhZdTdHRtQttP/?format=html&lang=pt. Acesso em 31 de ago de 2025.

SANTOS, Thays Helen. TORRES, Cláudia Vaz. SILVA, Marcos. Narrativas (auto) biográficas e psicoeducação: desconstruindo estigmas e promovendo a inclusão em saúde mental. CIPA. BIOGRAPH. X Congresso Internacional de Pesquisa (Auto)biográfica UNEB – Salvador, 2024. Disponivel https://static.even3.com/anais/803905.pdf?v=639022575694447899. Acesso em 02 de mai. de 2026.

SILVA, Haroldo Caetano da. Reforma psiquiátrica nas medidas de segurança: a experiência goiana do paili. **Rev. bras. crescimento desenvolv**. hum., São Paulo , v. 20, n. 1, p. 112-115, abr. 2010. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822010000100015&lng=pt&nrm=iso.acessos em 22 fev. 2026.

TORRES, Claudia Vaz; REIS, Alécia Lustosa. La salud mental de las mujeres en el sistema penitenciario de Bahía (Brasil): derechos humanos y acceso a políticas públicas. In: Congreso Internacional en Ciencias Jurídicas, 3., 2026, Morelia, Michoacán. Anais [...]. Morelia: Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo, 2026. Trabalho apresentado remotamente em mar. 2026.

TORRES, Claudia Regina de Oliveira Vaz; FONSECA, Luís Antonio Nascimento. Ações de Desinstitucionalização do Hospital de Custódia e Tratamento. **Diálogos Possíveis**, [S.l.], v. 19, n. 2, feb. 2021. ISSN 2447-9047. Disponível em:

https://revista.grupofaveni.com.br/index.php/dialogospossiveis/article/view/594 Acesso em: 18 mar. 2022.

TORRES, Cláudia Regina de Oliveira Vaz; FRÓES, Layane Quadros; REIS, Alécia Lustosa. Pessoas com transtornos mentais institucionalizadas no Hospital de Custódia e Tratamento: desafios e direitos às Políticas Públicas em Saúde Mental. In: Congresso Internacional: Novas Abordagens em Saúde Mental, 9., 2026, Salvador, BA. Anais do IX Congresso Internacional: Novas Abordagens em Saúde Mental – Salvador/BA. Belo Horizonte: CENAT, 2026. p. 105. DOI: 10.5281/zenodo.20057908.

TORRES, C. R. D. O. V., Menezes, E. C., Souza, L. S. ., & Silva Barreto , E. M. da. (2025). A pessoa com transtorno mental em conflito com a lei e o Direito à cidade. ***CSOnline*** *- Revista eletrônica de ciências sociais*, (39), 62–82. https://doi.org/10.34019/1981-2140.2024.47188.

TORRES, Claudia Vaz, OLIVEIRA, Thiago Vinicius, SANTOS, Thays Helen. Tecnologias sociais como estratégias para reinserção e reabilitação social de pacientes com transtorno mental em cumprimento de medida de segurança. In.TORRES, Claudia Vaz, SOUZA, José Gileá, QUINTERO, Maria Esther. Diálogos interdisciplinares em rede: ensino e pesquisa. 1ed. Curitiba: Editorial Casa, 2023, p.11-27

ABSTRACT

This work aims to evaluate the contributions of psychoeducation as a strategy for the social inclusion of people with mental disorders in the process of deinstitutionalization in Brazil. Regarding the theoretical framework, the analysis is based on Michel Foucault's studies (1979; 2006; 2019) on power relations and the historical construction of madness as an object of social exclusion, as well as on the contributions of Sampaio and Bispo Júnior (2021); Silva (2010); Torres (2021; 2023; 2025; 2026); Santos et al. (2024) regarding social inclusion, care in freedom, and integration into community services. In addition, Law No. 10,216 of 2001 (Brazil, 2001) and Resolution No. 487 of 2023 (Brazil, 2023) of the National Council of Justice are considered fundamental legislative milestones for guaranteeing rights and for the redirection of the mental health care model in Brazil, mainly with regard to the closure of Custody and Treatment Hospitals (HCT). In this context, the need to develop mental health promotion strategies that favor social interaction is highlighted. According to Alves et al. (2024) and Natividade et al. (2024), psychoeducation presents itself as a relevant tool in community-based devices, involving users, families, health professionals and the community. From a methodological point of view, the investigation adopts a qualitative approach, characterized as a bibliographic review of scientific articles available in the SciELO and Google Scholar databases, using

content analysis proposed by Bardin (2011). Regarding the results, it is expected to identify expanded psychoeducational practices, highlighting their contributions to the social inclusion of people with mental disorders in the process of deinstitutionalization, as well as to disseminate their application in the professional scope. It is observed that the scientific literature still lacks research that brings together expanded psychoeducation practices aimed at this context, which highlights an important gap in the field of mental health. Thus, the study contributes by offering greater clarity about potentially effective psychoeducational practices, strengthening mental health care, improving users' quality of life, reducing stigmas associated with the asylum logic, and promoting social inclusion.

Keywords: psychoeducation; mental health; deinstitutionalization; social inclusion; stigma.